



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001234-46.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
 Requerente: **JOÃO BATISTA SANCHES**
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que possui linha telefônica junto à ré, bem como que os créditos que nela insere são consumidos sem que faça qualquer ligação.

Almeja à restituição dos valores despendidos a esse título.

A preliminar suscitada em contestação não merece acolhimento porque o processo representa alternativa útil e necessária para que o autor atingisse a finalidade que busca, presente aí o interesse de agir.

Rejeito-a, pois.

No mérito, a pretensão deduzida entretanto carece de respaldo.

Isso porque a ré a fls. 21/23 elencou o histórico de ligações promovidas pelo autor no espaço de tempo trazido à colação, o que justifica o consumo dos créditos pertinentes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

Instado a manifestar-se a propósito, o autor não teceu consideração específica sobre aquela relação, limitando-se a assentar a existência de cobranças indevidas por parte da ré.

Todavia, não esclareceu quais seriam elas e em que medida seriam ilegítimas.

Em consequência, e à míngua de suporte mínimo que respaldasse a versão do autor, rejeita-se o pedido formulado, não se entrevendo pelo que restou amealhado aos autos ilicitude da ré no cômputo dos créditos da linha em apreço a demandar a restituição pleiteada.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 25 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**